

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5986>

A FORMAÇÃO DOCENTE EM LEOPOLDINA/MG: INTERLOCUÇÕES COM AS REFORMAS DE ENSINO (1906-1918)

THE TEACHING TRAINING IN LEOPOLDINA / MG: INTERLOCUTIONS WITH THE REFORMS OF EDUCATION (1906-1918)

LA FORMACIÓN DOCENTE EN LEOPOLDINA / MG: INTERLOCUCIONES CON LAS REFORMAS EDUCATIVAS (1906-1918)

Paloma Rezende de Oliveira

Universidade do Estado de Minas Gerais – Brasil

Nailda Marinho da Costa

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Brasil

Resumo: Este artigo apresenta uma investigação sobre a formação de professores oferecida pelo Ginásio Leopoldinense, situado em Leopoldina/MG, durante o período de 1906 a 1918. Em 1906, esta instituição educacional foi fundada e destacou-se das outras escolas criadas no município, por oferecer muitos níveis de educação: ensino primário, agrícola, secundário, militar e superior em Odontologia e Farmácia. A maioria destes cursos funcionou até meados de 1926, quando esta instituição privada foi municipalizada. Os cursos tiveram um caráter claramente seletivo, tanto no sentido social como no pedagógico e no profissional. Os alunos vieram de classes sociais abastadas, em geral, os filhos de agricultores e profissionais liberais, sendo recrutados desde o ensino primário, preparatório, até os cursos superiores. A partir daí, buscamos evidências que ajudaram na inteligibilidade de como as práticas educativas orientaram o programa de ensino e os atores que construíram esta instituição. Desse modo, a rede de sociabilidade e as carreiras profissionais ajudaram a pensar o programa institucional e sua relação com as políticas locais, estaduais e nacionais. Este, por sua vez, foi analisado do ponto de vista dos autores: Carvalho (2006), Mendonça et al (2015), Bonato (2002; 2009), Nóvoa (2017) e Dubar (1997; 2012), os quais trouxeram contribuições para a análise do Ginásio Leopoldinense, na qual pode-se revelar detalhes da legislação e das reformas educativas, bem como da formação, profissionalização e construção da identidade docente.

Palavras-chave: Ginásio Leopoldinense. Formação docente. Identidade profissional.

Abstract: This article presents an investigation about the teacher training of the Ginásio Leopoldinense, which was located in Leopoldina / MG, during the period from 1906 to 1918. In 1906, this institution was founded and educational stood out from the other schools for offering various levels of teaching: kindergarten, agricultural education, high school, military and higher education in Dentistry and Pharmacy. Most of these courses lasted until 1926, when this private institution became

municipal. The courses were selective in the social, pedagogical and professional sense. The students came from rich families, usually farmers' children or the children of liberal professionals. They did the studies from elementary school to college. From there, we sought information in the press about the educational programs and the people who worked or studied at this institution. In the analysis, the network of sociability and professional careers helped to think about the relationship between the institutional program and public policies. The point of view of authors such as Carvalho (2006), Mendonça et al (2015), Bonato (2002; 2009), Nóvoa (2017) and Dubar (1997, 2012) brought contributions to the analysis of the teacher training course of Ginásio Leopoldinense, to reveal details of legislation and educational reforms, as well as in the formation, professionalization and construction of the teaching identity.

Keywords: Teacher training. Ginásio Leopoldinense. Professional identity

Resumen: Presentamos una investigación sobre la formación de maestros del Gimnasio Leopoldinense, que estaba situado en Leopoldina / MG, durante el período de 1906 a 1918. En 1906, esta institución educativa fue fundada y se destacó de las otras escuelas creadas en la ciudad, ofreciendo muchos niveles de educación: primaria, agricultura, secundaria, militar y superior en Odontología y Farmacia. La mayoría de estos cursos duraron hasta 1926 y tenían un carácter claramente selectivo, tanto en el sentido social, pedagógico y profesional. Los estudiantes vinieron de clases sociales ricas, en general, los niños de granjeros y de profesionales liberales. Estudiaron desde de la educación primaria a la educación superior en la misma institución. Basándose en eso, buscamos entender cómo las prácticas educativas guiaron el programa de enseñanza y los actores que trabajaban y estudiaban en la institución. En este sentido, la red de sociabilidad y las carreras profesionales ayudaron a reflexionar sobre el programa institucional del Ginásio Leopoldinense y su relación con las políticas locales, estatales y nacionales. El punto de vista de autores como Carvalho (2006), Mendonça et al (2015), Bonato (2002; 2009), Nóvoa (2017) y Dubar (1997, 2012) contribuyeron con el análisis del curso de formación docente del Gimnasio Leopoldinense, revelando detalles de la legislación y de las reformas educativas, así como de la formación, profesionalización y construcción de la identidad docente.

Palabras clave: Formación docente. Escuela Normal del Gimnasio Leopoldinense. Identidad profesional.

Introdução

Este artigo¹ traz alguns apontamentos sobre a formação de professores, a partir da análise de como se deu a organização do campo educacional no início da República, no município de Leopoldina, situado na Zona da Mata do estado de Minas Gerais. Buscamos, então, estabelecer elos entre as práticas institucionais, as políticas locais e o contexto mais amplo de Reformas educacionais.

¹ A elaboração deste artigo se baseia em parte, no quinto capítulo da tese de Doutorado em Educação defendida pela primeira autora desse artigo que realiza seu Pós-Doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO, sob a supervisão da segunda autora. É dedicado a Profa. Dra. Ana Walesca Pollo Campos Mendonça (in memoriam), da PUC-RJ, que orientou a tese defendida em 14 de julho de 2016.

A forma como se deu a configuração do ensino no município, tendo como base a análise das Reformas Educacionais, indicou que a profissionalização da atividade dos professores teve a Escola Normal como *locus* de formação específica do magistério primário, enquanto o Ginásio Leopoldinense e os cursos superiores oferecidos por esta mesma instituição tiveram o papel de formar os docentes que atuariam nos cursos secundários. Podemos falar, então, de identidades profissionais distintas, no que se refere ao modo como se configurou a profissão docente destes dois segmentos de ensino, em Leopoldina².

Ao nos atentarmos aos anos iniciais de funcionamento do Ginásio Leopoldinense, criado em 1906³, constatamos que essa instituição privada, apesar de receber a denominação de “Ginásio”, oferecia uma formação abrangente: curso primário, Normal, secundário e superior, sendo a Escola Normal equiparada à escola oficial do estado de Minas Gerais, e o Curso secundário equiparado ao Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino modelar do Rio de Janeiro. Com essa iniciativa, o município atraiu estudantes, em sua maioria, filhos e filhas de fazendeiros da Zona da Mata, ficando, por isso, conhecido pela denominação *Atenas Mineira* (OLIVEIRA, 2016).

As Reformas de ensino e a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense

Em 06 de setembro de 1906, o presidente do Estado de Minas Gerais concedeu ao Ginásio Leopoldinense, situado no município de Leopoldina, a prerrogativa de Escola Normal, tendo em vista que estava organizado segundo a instituição oficial do estado, como disposto no art.8 da lei nº 318, de 16 de setembro de 1901.

O então presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, redator chefe do Jornal *Gazeta de Leopoldina* e também diretor do Ginásio Leopoldinense, José Monteiro Ribeiro Junqueira, tratou a criação da Escola Normal, cujo funcionamento foi autorizado pelo decreto nº 1912, de 06 de setembro de 1906, como uma “velha aspiração dos leopoldinenses”:

Instituto profissional que é, a Escola Normal atrairá a Leopoldina todos quantos, nas zonas mais próximas, queiram se habilitar à honrosa profissão do professorado, ao mesmo tempo em que permite aos filhos da terra, que não têm recursos para estudar alhures, a conquista, pelo estudo, de um

² Subsidiaram a análise sobre a distinção entre *ethos* profissional dos professores primários e secundários os trabalhos de Cunha (2013), Mendonça et al (2013; 2015) sobre a constituição da identidade profissional do magistério secundário no Brasil; e de Dubar (2012), sobre o processo identitário como categoria de análise da profissão docente.

³ O recorte realizado limita-se ao período de criação da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense até o ano em que esta foi transferida para o Colégio Imaculada Conceição, em 1918.

diploma que os habilitasse uma profissão digna por todos os títulos [...] (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 21, p. 1, 16 set. 1906).

Sobre esse decreto, que dava prerrogativa para funcionar uma Escola Normal no Ginásio Leopoldinense, o Jornal *Gazeta de Leopoldina* transcreveu a notícia publicada no Jornal *O Cataguazes*, que parabenizava o município pelo “melhoramento tão precioso ao progresso local”: “[...] nas condições em que está montado, o Ginásio Leopoldinense mostra-se igual, senão superior, aos similares de qualquer outro ponto, não lhe podendo faltar a animação do povo, e o concurso dos pais de família [...]” (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 22, p. 1, 23 set. 1906).

Para as Escolas Normais equiparadas à escola oficial do estado, mantidas por particulares, associações ou municipalidades, o regulamento da instrução primária e normal de nº 439, de 28 de setembro de 1906⁴ previa o pagamento trimestral ou semestral da quantia de 2:000\$000, destinado ao serviço de fiscalização, sendo ainda exigida a adoção dos mesmos programas de ensino das escolas oficiais, estando sujeitas à perda das subvenções em caso de descumprimento das regras (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p. 3, 05 out. 1906).

Nesse sentido, a Reforma João Pinheiro, que autorizava o governo de Minas Gerais a reformar o ensino primário, normal e superior, indicou mudanças no que tange ao Ensino Secundário e Normal oferecido pelo Ginásio Leopoldinense. A lei nº 463, de 12 de setembro de 1907, que dispunha sobre o ensino no estado de Minas Gerais, sugeria um ensino secundário propedêutico, que também incluísse as artes e demais indústrias, de caráter prático. A Escola Normal, por sua vez, estaria voltada para o ensino profissional, sendo incluído no programa de ensino os trabalhos manuais que pudessem ser exercidos também por mulheres:

Art.1 – O ensino secundário tem por objetivo cultivar e desenvolver a inteligência para os cursos superiores, para as artes e demais indústrias. Art.2 – O poder executivo deve organizá-lo sobre as seguintes bases: compreender as disciplinas necessárias para a educação intelectual em seu duplo aspecto. Poderá ser dividido em dois ciclos, com duração e fins estabelecidos em regulamento. O ensino para artes e agricultura será de caráter prático [...]. Contratar professor de nacionalidade inglesa, francesa e alemã para ensino prático de línguas. Rever e modificar os programas de ensino. Reorganizar e aumentar os gabinetes de física, química e história natural. Art.3- Subsidiar as escolas normais equiparadas que adotam o programa, organizando o ensino profissional para qualquer dos sexos, especialmente trabalhos manuais e pequenas indústrias que possam ser exercidas por mulheres. Art.4 - Subsidiar escolas normais equiparadas ou não, que ensinem inglês, francês ou alemão, por professores destas nacionalidades [...]. Art.7 – serão admitidos alunos gratuitos, até o máximo de 20 no externato e 10 no

⁴ Este regulamento seria aprovado pelo decreto n.1960, de 16 de dezembro de 1906.

internato, dentre os que se distinguem no ensino primário. Para admissão destes haverá concurso perante comissão nomeada pelo governo. Em igualdade de gratuidade os filhos de funcionários públicos municipais, estaduais e federais há mais de 10 anos [...]. Art.9 – a admissão de alunos gratuitos é de competência do secretário de Interior (GAZETA DE LEOPOLDINA. p. 2, set. 1907).

O Ginásio Leopoldinense buscou se adequar aos critérios definidos pela legislação, a fim de receber as subvenções previstas, e ainda contava com auxílios providos pela Câmara Municipal. Por exemplo, a lei municipal nº 233, de 08 de abril de 1911, isentou o Ginásio Leopoldinense de pagar impostos ao município, com exceção do imposto cobrado em relação ao lixo, desde que aceitasse um aluno externo gratuito, residente no município, designado pela Câmara (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p. 2, 21 abr. 1911).

Os estatutos do Ginásio Leopoldinense, contemplavam as finalidades dos Cursos Secundário e Normal, que funcionavam desde 1907, e do curso primário, criado em 1909, indicando a tentativa de garantir uma formação integral e a continuidade dos estudos:

- a) Proporcionar à mocidade educação indispensável ao bom desempenho dos deveres do homem e cidadão;
 - b) Preparar os alunos para os cursos superiores da República e para o Bacharelado em Ciências e Letras;
 - c) Formar professores para o exercício do magistério primário no estado de Minas Gerais.
- Art. 2º O Ginásio mantém curso primário e secundário sendo dada, em qualquer deles, educação física, moral e cívica (apud NOGUEIRA, 2011, p. 91).

O ano de 1916 foi marcado pela implementação de mais um curso, o de Instrução Militar, no Ginásio Leopoldinense, e também pela lei nº 4524, de 21 de fevereiro, que promulgou o regulamento que uniformizou o ensino nas Escolas Normais modelos, regionais e equiparadas ao estado, estabelecendo a igualdade de preparo dos professores diplomados por esses estabelecimentos. Desde o decreto nº 3738, de 5 de novembro de 1912, no entanto, tinham as escolas equiparadas uma organização distinta da Escola Normal oficial.

Sobre as mudanças ocasionadas pelo regulamento de 1916 no programa de ensino, podemos citar a redução da carga de aulas de língua portuguesa, como também da duração do curso, que passou de 4 para 3 anos. O diretor do Ginásio Leopoldinense fez críticas enfatizando a importância do estudo da língua materna, seguindo o exemplo de países estrangeiros, como também questionou as frequentes alterações na organização das Escolas

Normais de Minas Gerais ocorridas durante a administração de Delfim Moreira⁵, representadas pelos decretos nº 3123, nº 3191, nº 3738, nº 3823, nº 4524 (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p. 1, 01 mar. 1916; p. 1, 05 mar. 1916).

Outra proposta de Reforma foi apresentada, em 1921, agora por Dr. Ramiz Galvão, presidente do Conselho Superior de Ensino criado em 1911. Tratava-se de um projeto de remodelação do ensino primário, secundário e profissional, que seria levado ao Congresso Nacional e que intentava a criação de um Conselho Nacional de Educação, na tentativa de unificar o ensino⁶ (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n.129, p. 1, 16 out. 1921).

Esse Conselho foi então corporificado pelo decreto n. 16.782, de 13 de janeiro de 1925, o qual, além do Conselho Nacional de Ensino, criou o Departamento Nacional de Ensino como órgão executivo para supervisão da autonomia das instituições escolares (CURY, 2006).

Enquanto no âmbito da legislação nacional, buscava-se uma maior unidade e fiscalização do ensino, em Leopoldina, o poder local defendia a ideia de uma Reforma de ensino que não asfixiasse a iniciativa particular. Sob a prerrogativa da liberdade de ensino, percebeu-se a valorização de iniciativas que buscavam ampliar o atendimento em instituições particulares de ensino, em detrimento das públicas. Por exemplo, a transferência da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense para o Colégio Imaculada Conceição, de caráter confessional, inaugurado em 1918, e a prioridade dada pelo Ginásio Leopoldinense ao atendimento nos cursos secundário e superior, marcadamente elitistas e de caráter particular.

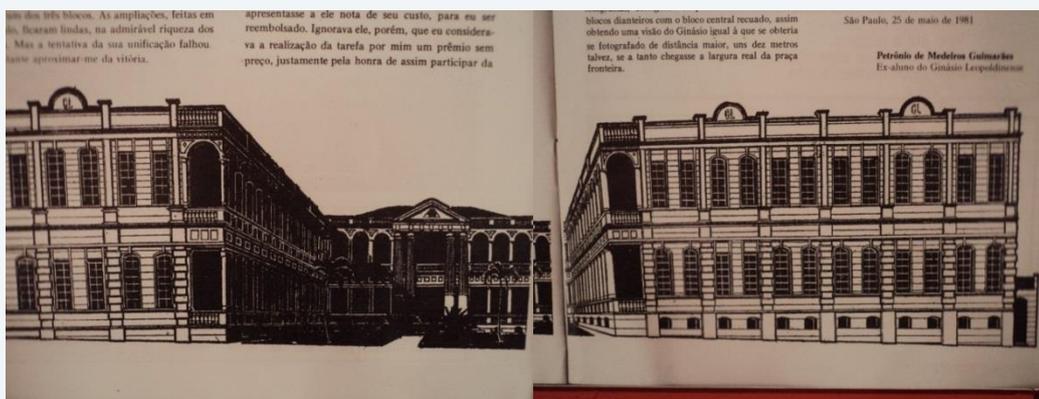
A mudança das instalações da Escola Normal deu-se em decorrência da construção de novo pavilhão para dormitório de alunos maiores, em razão do aumento do número de matrículas no Ginásio Leopoldinense, que passou a oferecer também o curso de Instrução Militar, em 1916. Também houve melhoramentos realizados em relação ao material didático e às instalações sanitárias. A Escola Normal ficou então sob a supervisão da Irmandade das Filhas de Jesus, que recebia também, em sua ala do internato, as alunas matriculadas no curso secundário do Ginásio Leopoldinense e na Escola de Farmácia e Odontologia (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, p. 2, jan. 1920).

⁵ Durante este período, Delfim Moreira atuou na superintendência da Secretaria do Interior e um ano e meio como Presidente do Estado de Minas Gerais. Essa Secretaria foi criada em 1891 para tratar, dentre outros assuntos, da instrução pública, que somente em 1930, passou à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes_brtacervo.php?cid=35. Acesso em: 24 ago. 2015.

⁶ Em 1923, com a área de educação já sob a administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, “a Lei n. 4.632, de 06 de janeiro de 1921 autorizou o Presidente da República a remodelar o Conselho Superior de Ensino e o Conselho Universitário, instituindo-se o Conselho Nacional de Instrução com atribuições de desenvolver e aperfeiçoar a instrução pública no Brasil” (CURY, 2006, p. 46).

O projeto de ampliação das instalações, desenvolvido pelo engenheiro Ormeu Junqueira para o edifício onde funcionava a antiga Escola Normal, indicou que a “monumentalidade” atribuída aos Grupos escolares⁷, criados no início da República como projeto de expansão da instrução pública primária, apresentou-se em Leopoldina, como projeto de expansão do ensino secundário e superior particular, na medida em que se tratava de uma instituição particular equiparada e, portanto, subvencionada pelo poder público:

Figura 1 - Planta de Ormeu Junqueira.



Fonte: História das escolas – Leopoldina⁸.

O descaso com a instrução pública, por sua vez, era justificado pelo presidente da Câmara pela falta de recursos para manutenção de todas as escolas públicas primárias dos distritos. Embora em outros municípios de Minas Gerais, o fechamento de escolas isoladas tenha representado a mudança de paradigma educacional, no sentido de substituir o modelo imperial, representado pelas escolas isoladas, pelo modelo representativo de instituição escolar republicano – os Grupos escolares -, o mesmo não ocorreu em Leopoldina. As instalações do Grupo escolar criado em 1907, logo nos primeiros anos de seu funcionamento apresentaram necessidade de reformas.

⁷ Faria Filho e Vidal (2000, p.25) e Faria Filho (2001), utilizam a expressão “templo do saber”, “palácio da modernidade” para se referirem aos Grupos escolares, que encarnavam os preceitos republicanos. Representavam uma ruptura com o símbolo do passado e da miséria, as escolas isoladas, as quais funcionavam sem infraestrutura adequada.

⁸ Ampliação do edifício do Gymnasio Leopoldinense. Acervo: Casa de leitura Lya Maria Muller Botelho. In: História das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-estadual-professor-botelho-reis/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

Figura 2 – Alunos do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira. 1916



Fonte: História das escolas – Leopoldina.⁹

Como podemos perceber na fotografia, o prédio não dispunha da mesma estrutura do prédio do Ginásio Leopoldinense. Tanto que, devido às condições precárias das paredes foi necessária a transferência para outro local, mais afastado da região central, o que somente ocorreu no início da década de 1930.

Além disso, no ano seguinte ao início do funcionamento do Grupo escolar, foi criado o curso primário do Ginásio Leopoldinense, de caráter particular, também denominado Jardim de Infância. Este era dirigido pelo presidente da Câmara juntamente com José Ribeiro Junqueira, tendo como objetivo absorver os filhos da elite que frequentavam o grupo escolar e prepará-los para o curso secundário.

A proposta do curso primário do Ginásio Leopoldinense era oferecer um programa de ensino diferenciado do desenvolvido nas instituições primárias públicas, que segundo os diretores, deveriam estar voltadas apenas para atender as especificidades e as necessidades das crianças pobres¹⁰. A proposta de se ter um programa de ensino diferenciado, e que se adequasse à realidade de um público específico, acabava por corroborar com a manutenção da hierarquia social, reforçando a diferença do ensino primário ofertado para ricos e pobres.

O caráter dual do ensino primário esteve também presente no discurso proferido pelo diretor do Grupo Escolar, José Lintz, em 1917, e na fala do professor e diretor de higiene do estado, Samuel Libâneo, em 1918. Foi ainda retratado na coluna de Paulo Silvano, do *Jornal Gazeta de Leopoldina*, sobre aprender a ler e contar como base da instrução popular, que o

⁹ ALUNOS do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, em 1916. In: História das escolas – Leopoldina. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

¹⁰ Além do Ginásio Leopoldinense, havia mais quatorze escolas particulares criadas durante o período de 1894 a 1926, no município, que eram voltadas exclusivamente para a formação das elites.

número de alunos, aos quais ele denominou de “não indigentes”, era maior do que o de alunos “indigentes”, na escola pública. Ele criticava também as Reformas de ensino público que, segundo ele, buscavam programas “pomposos”, voltados para quem podia ficar estudando por alguns anos sem outra preocupação, o que não condizia com a realidade dos alunos pobres que frequentavam as escolas públicas:

É um programa não para a escola pública de quem quer saber ler às pressas, porque não pode dispor de tempo; é um programa de escola pública para quem pode gastar tempo em estudos. Ao pobre pouco importa que ser e estar sejam verbos irregulares, que formoso seja adjetivo, que amanhã seja advérbio. Que praticamente fale mais ou menos gramaticalmente certo e quanto à lógica da ideia, não me consta que haja mau emprego dela. Ler bem, escrever sofrivelmente e contar bem o que ensina Trajano, aritmética progressiva (apud GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 6, p. 1, 27 abr. 1921).

Esse discurso, que reforçava a dualidade do ensino primário, ajudou a configurar a organização e a constituição de saberes pedagógicos considerados essenciais à prática docente, uma vez que as escolas primárias públicas também serviam à prática profissional dos/das alunos/alunas da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, constituindo-se como espaço utilizado pelos/as normalistas para realização dos exames referentes à prática de ensino. Esses exames seguiam metodicamente os pontos do programa de ensino primário, e consistiam em pontos que seriam dados na primeira lição, pelo próprio professor, com assistência de sua turma de alunos/as que, por sua vez, os reproduziriam nos dias subsequentes.

Podemos dizer que esse tipo de prática na formação docente era representativa da “arte de ensinar”, sendo concebida pela moderna Pedagogia que circulou no Brasil no início do Século XX. De acordo com Carvalho (2006, p. 147), nessa pedagogia: “(...) ensinar é prática que se materializa em outras práticas; práticas nas quais a arte de aprender materializa-se no exercício de competências bem determinadas e observáveis em usos escolarmente determinados”.

O papel da imprensa na configuração da formação docente

No que se refere à formação docente, o Jornal *Gazeta de Leopoldina*¹¹ caracterizou-se como o principal meio de produção e difusão intelectual dos docentes, auxiliando na

¹¹ O Jornal *Gazeta de Leopoldina* não foi o mais antigo do município de Leopoldina, mas foi o de maior duração, de 1895 a 2004, correspondendo a um número de 3.115 exemplares publicados.

construção e/ou conformação de discursos sobre a instrução e as práticas educativas em Leopoldina e, em especial, sobre o Ginásio Leopoldinense. Esse jornal, enquanto porta-voz da elite política da região, tinha como expoente o diretor José Monteiro Ribeiro Junqueira, também diretor do Ginásio. Por esse motivo, durante a análise, levou-se em conta a seguinte ressalva realizada por Barbosa (2010, p.22): “a imprensa, longe de constituir um órgão de registro imparcial e neutro dos acontecimentos, tem uma atuação que envolve múltiplos aspectos: de registro, comentário e participação na história”. Portanto, foi necessário confrontar as informações prestadas pela imprensa com outras fontes, como: legislação, imagens, ementários ou outros documentos referentes à instituição de ensino que nos apresentassem elementos sobre as práticas nela desenvolvidas.

Por meio do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, eram divulgados cerimoniais escolares, os quais recebiam tratamento prestigioso percebido pela forma e pela linguagem utilizada para qualificar e tornar público esses eventos. Eram fornecidas também informações sobre o calendário escolar, nomeações, exonerações e transferências de professores que atuavam nas instituições públicas e sobre concursos, oferecendo alguns indícios sobre a rotina dos cursos e dos atores que atuavam especialmente no Ginásio Leopoldinense.

As publicações desse impresso possibilitaram perceber, em certa medida, que a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense se configurou como um dos lugares privilegiados de construção da identidade profissional docente, na medida em que se investia na produção de um saber socialmente legitimado sobre as questões do ensino primário e na delimitação de um poder regulador sobre o professorado.

Tanto a imprensa quanto as instituições de formação docente contribuíam com seu papel de produzir novos hábitos, novas subjetividades e novos ritmos, precisamente sobre as crianças, professores e famílias. Isso porque o manual didático em si não seria capaz de realizar essas mudanças, sendo necessário considerar suas práticas de utilização pelos professores e alunos.

Desse modo, o caráter modelarmente prescritivo dos saberes pedagógicos transpunha os muros da instituição, servindo a imprensa como meio de estender as orientações educativas também às famílias dos alunos, no que tange às questões disciplinares ou de higiene. Por exemplo, a crítica em relação ao uso da palmatória, à qual inúmeros profissionais conferiam indiscutível eficácia. Para os redatores do Jornal *Gazeta de Leopoldina*, ela simbolizava “o carrancismo feroz no mundo espiritual”. E, em relação à higiene, alertavam as mães sobre os malefícios causados às crianças que roíam as unhas (GAZETA DE LEOPOLDINA. n. 101, p. 1, 05 abr. 1908).

Portanto, podemos considerar que tanto as escolas como a imprensa eram atuantes na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, sentimentos patrióticos e disciplina na criança. Esse viés civilizador, presente no projeto educativo do início da República, embora dirigido a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendia-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo (SCHUELER; MAGALDI, 2009).

Desse modo, derivamos que a competência e a legitimidade profissionais dos docentes não se restringiam às dimensões exclusivamente técnicas e instrumentais, elas também se faziam pela adesão a um sistema de valores, que precisava ser incorporado na própria identidade profissional (DUBAR, 2012).

Em busca da constituição de uma identidade docente

O corpo docente da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, nos primórdios de sua criação, era constituído por professores do sexo masculino, e essa instituição funcionava em prédio anexo ao curso de ensino secundário, aproveitando seus professores e instalações. Logo, podemos afirmar que antes da formação das primeiras normalistas, que passariam a atuar como docentes das Escolas Normais e das escolas primárias do município de Leopoldina, o curso formava professores/as sob uma perspectiva de ensino e um corpo docente exclusivamente masculino, cuja formação inicial não era o magistério, mas Direito, Engenharia e Medicina.

Bonato (2002), em seus estudos sobre a Escola Normal da Corte, apontou também em relação à formação de professores primários, que desde sua criação, no Império, as Escolas Normais haviam sido pensadas para homens e mulheres. O decreto n. 6379 de 30 de novembro de 1876 criou duas escolas, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino, ambas destinadas à formação de professores/as primários/as. Havia ainda uma distinção no programa de ensino em relação às matérias de tricô, bordado e crochê, destinadas exclusivamente para as moças. Ainda segundo o programa, haveria um mestre e uma mestra para as aulas de desenho linear, ginástica e música, sendo as demais matérias ensinadas por professores do sexo masculino.

No caso de Leopoldina, percebemos que apesar da ampliação do número de mulheres no corpo docente da Escola Normal, ao longo dos anos, tal aumento não ocorreu de forma proporcional em relação ao exercício do magistério. A figura masculina ainda era predominante no quadro docente da Escola Normal, no Curso Secundário, nas cadeiras do

sexo masculino das escolas primárias, no Aprendizado Agrícola, bem como no Curso Superior de Farmácia e Odontologia. Essa constatação vai ao encontro da pesquisa de Faria Filho et al (2005) sobre a feminização do magistério em Minas Gerais, no início do século XX, a qual indicou que apesar do crescente número de mulheres no magistério, o número de homens atuantes na profissão se manteve.

Isso fica demonstrado também no levantamento realizado do quadro docente dos Cursos Primário, Normal e Agrícola, que contém os nomes dos/as professores/as que foram sendo incorporados/as no decorrer dos anos de funcionamento do estabelecimento de ensino, no período correspondente a 1906-1922.

Quadro 1 – Docentes do Ginásio Leopoldinense

Curso Primário		Curso Normal		Aprendizado Agrícola	
Ano	Professores	Ano	Professores	Ano	Professores
1907	Arthur Guimarães Leão	1906	Afonso H. de Albuquerque Heraldo Pio Pimenta Bueno Custodio Ribeiro Junqueira Juvenal Carneiro	1909	Ranulpho Matolla José Jardim Junqueira
1909	Luiz Antônio Corre Normalista Adail Brandão João Alves de Souza Machado José Botelho Reis	1909	Bemvinda Ribeiro Normalista Hilda Maciel	1922	Normalista Maria José Barbosa da Cruz Normalista Carolina Fernandes Valentim
1911	Normalista Hilda Samuel	1910	Normalista Dulce Junqueira		
1917	Normalista Stella Celidônio Monteiro dos Reis Cleto Normalista Maria de Lourdes Lacerda	1916	Emerenciana Botelho Reis Junqueira Esther Fialho Acyr de Figueiredo		
		1919	Normalista Maria de Lourdes Lacerda		
		1920	Felippe da Paz		

Fonte: Oliveira (2016) ¹²

Ao atentarmos para as mudanças ocorridas em relação ao corpo docente, no quadro, podemos afirmar, que em relação ao curso primário e agrícola, os professores foram substituídos pelas normalistas. Já na Escola Normal o que ocorreu foi uma gradual incorporação delas ao quadro docente, sendo que a nomeação se dava principalmente para as matérias que incluíam trabalhos manuais de agulha e costura.

¹² Quadro construído com base na síntese das informações prestadas na tese de Oliveira (2016).

Contudo, é preciso salientar que a precarização e a desvalorização do magistério público mineiro pareceram preceder o aumento do número de mulheres no exercício dessa profissão. É o que indicou o pronunciamento do pseudônimo M., no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, no ano de inauguração da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense.

O que são os professores mineiros?

Com honrosíssimas exceções, uns desanimados a atingir outra qualquer posição, por pouquidade ou preguiça intelectual que se atiram ao professorado com extremo recurso, que além do mais tem a vantagem de libertá-los de surpresas, cansaças e estudos.

Não irrogamos com estas palavras uma ofensa à respeitável classe, que conta em seu ceio muitos indivíduos credores do nosso respeito e admiração (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, n. 44, p. 1, 31 jan. 1907).

A falta de prestígio com que contavam os professores primários, refletida na citação, aponta a intencionalidade do professor de ensino secundário - redator do jornal - de distinguir o magistério primário do secundário. Na medida em que desvalorizava o trabalho dos que atuam no primeiro segmento, corroborava a afirmativa de que há sujeitos que alcançam posição de prestígio munindo-se de uma “retórica profissional que os valoriza” ou adquirindo posições reproduzidas a partir da divisão de trabalho, a qual perpetua as discriminações, hierarquizando “as categorias de pertencimento” (DUBAR, 2012, p. 358-359).

No que se refere aos primeiros anos de funcionamento da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, constatamos a matrícula de apenas quatro alunos do sexo masculino¹³. A partir de 1910, apesar do caráter misto atribuído pela legislação ao ensino das Escolas Normais, o curso contava com um público exclusivamente feminino. Dentre as possíveis causas, podemos considerar a desvalorização que sofria o magistério primário e a inclusão de matérias no programa de ensino consideradas atribuições que eram consideradas estritamente femininas, tais como: costura e trabalhos de agulha.

Outro aspecto que influenciou a mudança do perfil do quadro discente foi a propagação de novas maneiras de se comportar e, portanto, de novos valores que precisavam ser aprendidos, dentre eles, a educação moral, vista como sinônimo de educação para as crianças. Nesse sentido, a mulher assumiu o papel fundamental de auxiliar no bom funcionamento da sociedade.

Ao levarmos em conta, também, as diferenças de acesso entre mulheres e homens aos diferentes níveis de escolarização primária e secundária, percebemos que no ensino

¹³ Apenas quatro homens frequentaram o curso e apenas dois deles se formaram como normalistas: Emílio Ramos Pinto, que atuou como diretor do Grupo escolar Ribeiro Junqueira, em 1923, e Lucas Tavares de Lacerda Filho, que atuou como professor do Ginásio Leopoldinense.

secundário era restrita a presença feminina. Além do respaldo moral, a diferenciação entre homens e mulheres, dava-se com bases em argumentos de pesquisas científicas sobre diferenças anatômicas e cerebrais entre os sexos e em relação ao caráter sentimental das mulheres, que se distinguia dos exercícios intelectuais a que os homens deveriam estar entregues.

Os estudos sobre a construção de imagens do ser mulher e do feminino (BONATO, 2009) e da feminização do magistério primário (BONATO, 2002; FARIA FILHO ET AL, 2005; YANNOULAS, 2011) indicaram ainda que a profissão docente, principalmente no que se refere ao magistério primário, passou a se pautar na ideia de “vocação” e determinismo biológico, na medida em que as mulheres passaram a ser vistas como as mais aptas ao trabalho docente junto às crianças pequenas, pois estavam mais propensas à manutenção das relações sociais e familiares e às práticas do cuidado.

O que também ficou demonstrado por Bonato (2002) ao trazer os debates apresentados durante a 1ª Conferência Pedagógica, de 1873, em relação à implementação das escolas mistas na Corte. No que tange à tese de quem deveria estar à frente da direção e ensino nessas escolas que atenderiam exclusivamente os meninos, o professor Joaquim Antonio da Silva Bastos aponta as mulheres, relacionando a aptidão delas à atributos como “sensibilidade e delicadeza, mais dominada pelo coração do que pelo cérebro, sendo desta maneira destinada à educação das crianças” (BONATO, 2002, p. 167).

Ainda segundo a autora, a feminização do magistério primário tomou fôlego a partir da instituição das Escolas Normais:

A inserção da mulher na condição de aluna e futura mestra nesse espaço escolar não deixou de ser permeada por mitos e preconceitos em torno de um ideal de mulher e um modelo instituído a ser construído para aquela sociedade que se pretendia moderna e formar o novo cidadão para tal. (BONATO, 2002, p. 163).

Tratava-se, portanto, de um “feminino construído”, sendo necessários insistentes investimentos para a sua difusão e consolidação, visto que ainda não estava instituído (FARIA FILHO ET AL, 2005, p. 66).

Cabe salientar ainda, a contribuição do conceito de gênero para os estudos sobre a feminização (VIANNA, 2002), que ao incluírem a história das mulheres como categoria de análise levam em consideração as relações de poder existentes entre os diferentes sujeitos e grupos, apontando o processo identitário como um espaço de conflitos, onde maneiras de ser e de estar na profissão são construídas, e não adquiridas como um produto. Dessa maneira, a

relação entre os sujeitos e suas relações não se apresentam de maneira dicotômica, além de ser dada maior ênfase ao protagonismo das mulheres na sociedade, sem desconsiderar sua heterogeneidade (SAFIOTTI, 2013; PERROT, 2017).

Essa maior autonomia dada aos atores sociais em relação às suas escolhas se insere nas reflexões sobre o “processo identitário” de Nóvoa (1991; 2017), Dubar (1997), bem como nos estudos de Xavier (2014). Esses autores consideram que a identidade individual não se descola do social, visto que o processo de construção de uma identidade profissional se dá por meio da atividade com os outros. E à medida que as identificações que o indivíduo estabelece se justificam, pode o mesmo recusar ou aceitar a maneira como é identificado.

O percurso dos/das egressos/as da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense

No que tange aos/às egressos/as da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, foi feito um levantamento de informações referente ao período (1906-1926), utilizando informações disponibilizadas no Jornal *Gazeta de Leopoldina*, sobre formaturas, nomeações e remoções de professoras das escolas públicas de Leopoldina, ou mesmo de outros municípios da região.

A partir do mapeamento de seus percursos, foi possível localizar informações sobre: nomes, cidade de origem/naturalidade, filiação/parentesco, local de atuação profissional, formação e ocupação ou cargo, referente aos anos de 1907 a 1923, totalizando 180 alunos/as formados/as pela Escola Normal do Ginásio Leopoldinense¹⁴.

Embora nosso recorte temporal inicial tenha se limitado ao ano de 1918, as informações sobre as normalistas apareceram com maior frequência, na imprensa, a partir de 1919, ano em que o Colégio Imaculada Conceição passou a receber as alunas da Escola Normal, passando a funcionar também em regime de internato, estritamente feminino. As alunas dos seguintes municípios: São João del Rei, Leopoldina, Rio de Janeiro, Além Paraíba, Cataguases, Ubá, Mar de Espanha, Carangola, Aiuruoca, Palma, e São João Nepomuceno, dentre outros.

Apesar das lacunas e imprecisões deixadas pelas fontes¹⁵, foi possível durante a análise localizar o parentesco de algumas normalistas, apontando o perfil mais recorrente dentre o público atendido pela Escola Normal: filhas de capitães, coroneis e profissionais liberais ligados diretamente ou indiretamente à instituição, como, por exemplo, o diretor do Grupo

¹⁴ Na tese de Oliveira (2016) é encontramos um quadro com os nomes de todos/as os/as alunos/as egressos/as da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense.

¹⁵ De acordo com o ementário do Ginásio Leopoldinense de 1925 (apud NOGUEIRA, 2011, p. 94), haviam se formado entre 1907 e 1922, apenas 31 normalistas, tendo 2 atuado em escolas particulares, 20 em escolas públicas, 2 como mestres escola, 1 em outras atividades no magistério público e 6 não haviam lecionado.

escolar José Lintz, o fiscal de ensino, Tavares de Lacerda, os professores do Ginásio Leopoldinense: Aristides Sica e Matolla de Miranda, e ainda o secretário Gustavo Pinto (OLIVEIRA, 2016).

Dentre o total de 180 formandos/as contabilizados por meio das publicações sobre a Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, na imprensa, localizamos quatro egressas que posteriormente ingressaram também na Escola de Farmácia e Odontologia, sendo uma no curso de Odontologia e 3 no curso de Farmácia¹⁶. Além delas, quatro alunas se casaram logo após a conclusão do curso¹⁷.

O que prevaleceu, contudo, foi a atuação no magistério primário público de Minas Gerais, totalizando 54 normalistas. Além delas, localizamos 15 egressas que atuaram em escolas particulares, sendo 3 no Colégio Pedro II, situado em Leopoldina, onde trabalhavam como colaboradoras do ensino. Uma delas tornou-se a auxiliar de secretaria do Ginásio Leopoldinense e outras 11 atuaram no quadro docente da mesma instituição, sendo 5 como professoras da Escola Normal; 4 como professoras do curso primário; e duas como professoras do Aprendizado Agrícola. Além disso, tiveram duas atuações em direção de escolas públicas do município, em 1923: de uma normalista na Escola rural de Barreiros, situada em Conceição; e de Emílio Ramos Pinto, que se tornou diretor do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira (OLIVEIRA, 2016).

Os números apresentados também evidenciaram a preferência do governo pela contratação ou nomeação para atuar no magistério das escolas públicas primárias das localidades próximas a Leopoldina, de normalistas diplomadas na Escola Normal do Ginásio Leopoldinense. Com exceção dos/as docentes que já lecionavam nas escolas do município e distritos de Leopoldina antes da criação do curso normal, ou que eram transferidos/as de outras escolas públicas, todas as contratações ou nomeações, no período correspondente ao recorte temporal apresentado, foram de egressos/as do Ginásio Leopoldinense.

Considerações

A forma como se deu a organização do campo educacional no município de Leopoldina nos ofereceu indícios sobre a formação docente, expressa nas práticas e políticas

¹⁶ Olga Nóbrega Furtado, aluna da Escola de Odontologia (em 1914); Waldomira Cabral Werneck (em 1916), Maria de Lourdes Lacerda (em 1916) e Hussonina Melchiades (em 1923), alunas da Escola de Farmácia.

¹⁷ Embora não se constitua como uma profissão, este elemento foi considerado em decorrência do discurso propagado à época de que o cuidado com o lar e a maternidade eram atribuições sociais estritamente femininas (ARCE, 2002).

educacionais. Ao situarmos o Ginásio Leopoldinense, bem como seus atores, nesse contexto, foi possível perceber as tentativas de intervenção do poder público no sentido de unificar e fiscalizar o ensino. A legislação, bem como as Reformas de ensino, mostrou que estas medidas tentaram se concretizar através da exigência de equiparação do programa de ensino, das matérias exigidas e a serem ensinadas, da formação de professores e até mesmo da estrutura física, que deveriam se adequar aos padrões dos estabelecimentos de ensino oficiais.

Sem desconsiderar as práticas produzidas no cotidiano escolar e como seus atores participaram dessa produção, constatamos que muitas delas foram criadas, ou reinventadas, sendo possível realizar interlocuções entre as imposições legais e as tramas de sociabilidades dos atores envolvidos.

É o que ficou demonstrado pelas medidas da municipalidade de investir em estabelecimentos de ensino particular, sob a alegação de que deveria haver maior liberdade de ensino, sendo inclusive proposto para estas escolas um programa de ensino diferenciado do das escolas públicas, as quais deveriam atender as necessidades das crianças pobres. Estas medidas, contrapunham-se às propostas de unificar e expandir a gratuidade do ensino presentes nas Reformas educacionais. Às vezes, também, as práticas educativas produzidas no interior das escolas estendiam-se a outros sujeitos implicados em relações mais extensas, seja no meio familiar, comunitário ou outros, sendo a imprensa o principal instrumento de divulgação dos novos preceitos e ideais (GONÇALVES, 2006).

Ao buscarmos compreender como se constituiu a identidade profissional dos docentes que atuaram no Ginásio Leopoldinense, bem como daqueles que se formaram nesse estabelecimento de ensino, tentamos dar ênfase a um determinado aspecto da construção da identidade, sem, entretanto, perder a noção de “identidade social”. Essa categoria utilizada por Dubar (1997) é construída na relação entre a dimensão individual e a dimensão social e ao longo da trajetória dos sujeitos. Nesse sentido, na tentativa de compreender como se constituíram os processos identitários dos docentes formados/as e/ou que atuaram no Ginásio Leopoldinense, foi preciso considerar tanto a relação da instituição com seus atores, no sentido de legitimar as categorias que deveriam ser impostas coletivamente, quanto o modo como se deu esta incorporação da identidade, pelos mesmos, sem desconsiderar os conflitos gerados ou existentes.

Essa perspectiva quando relacionada às reflexões entorno da utilização da história das mulheres como categoria de análise, detém-se mais estritamente às iniciativas que privilegiaram o protagonismo feminino nos diversos espaços da sociedade, em detrimento de ações que conferiam dualidade à relação entre homens e mulheres.

Essa possibilidade de análise, que levou em consideração as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos e grupos no processo identitário em construção, considerou também as formas como se configuraram o trabalho dos professores primários e secundários, bem como de que modo foi se constituindo uma cultura docente específica para os diferentes segmentos de ensino, objetivada nas suas práticas e transmitida através da memória da corporação. Nesse contexto específico, ela representava os anseios de uma elite, cujos interesses, pressupostos e iniciativas iam de encontro aos preceitos republicanos de expansão, gratuidade e qualidade do ensino público, expressos pela legislação educacional.

No que diz respeito às nomeações e contratações de docentes para atuar nas escolas públicas primárias de Leopoldina e seus respectivos distritos, percebemos a organização de um sistema de reciprocidade entre o diretor da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense, os chefes locais e o governo do estado de Minas Gerais, uma vez que eram nomeadas prioritariamente as normalistas egressas desse estabelecimento de ensino. E, na medida em que o recrutamento de docentes era uma maneira de assegurar a renovação de preceitos e de colocar a educação a serviço de uma nova ideologia, no sentido tratado por Nóvoa (1991, p. 121), as reformas educacionais apresentaram diferentes tentativas de criar procedimentos de seleção e designação dos professores, bem como programas de ensino, no sentido de viabilizar a unidade e a maior intervenção do estado, no sentido de supervisionar as práticas educativas das instituições, sejam elas públicas ou particulares.

Contudo, notamos que apesar de ser o concurso docente uma das prerrogativas para a equiparação às instituições oficiais, somente foi constatada a abertura de edital para seleção de professor catedrático e substituto no Ginásio Leopoldinense, em 1915, para uma vaga referente à 3ª seção do Curso de Farmácia, tendo a nomeação ocorrido em 15 de maio de 1918. A maioria dos docentes eram contratados ou nomeados pelo diretor da própria instituição (GAZETA DE LEOPOLDINA. Leopoldina, 15 mai. 1918).

Ao tentarmos mapear o percurso dos/as profissionais que atuaram no magistério, em Leopoldina, há que se considerar também, os entraves encontrados em relação à disponibilidade de informações presentes nas fontes documentais de maneira dispersa, trazendo algumas imprecisões. Não foi possível, portanto, obter dados sobre o percurso de todos os 180 egressos/as da Escola Normal do Ginásio Leopoldinense. Ainda assim, a amostra nos ofereceu elementos que nos ajudaram também a construir interpretações sobre a forma como se constituiu o programa institucional do Ginásio Leopoldinense.

Com tudo isso, consideramos que esse estabelecimento de ensino não pode ser visto como lugar onde se dá apenas a repetição e a reprodução dos padrões dos estabelecimentos

oficiais, mas também como espaço de criação, onde os usos são praticados de maneira individualizada pelos seus atores.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. A imagem da mulher nas ideias educacionais de Pestalozzi: o aprisionamento ao âmbito privado (doméstico) e à maternidade angelical. In: 24ª REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 2001, Caxambu. **Anais: 24ª reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu, MG, 2001.

BONATO, Nailda Marinho C. A Escola Normal: uma escola para mulheres? A Formação de professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, Maria Cristina S.; SILVA, Vera Lúcia G. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, p.163-192. 2002.

_____. Imagens do *ser* mulher: a escola profissional. In: BARROS, Rita Maria Manso (org.) **Subjetividade e educação: conexões contemporâneas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p.165-178.

CARVALHO, Marta Maria de. Livros e revistas para professores. Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: **História da Escola Em Portugal e Brasil**. Lisboa: Colibri. p.141-173. 2006.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. Ensino secundário no início da República: um programa para o Colégio Militar”. In: VIII COLÓQUIO "ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, 2013, Florianópolis. **Anais do VIII Colóquio "Ensino Médio, História e Cidadania**. UDESC: Santa Catarina, v.3, n. 3. 2013.

CURY, Carlos Jamil. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **RBPAE**. v.22, n.1, p. 41-67, jan./jun. 2006.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora. 1997.

_____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de Pesquisa**. v.42, n.146, p.351-367, mar/ago. 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na 1ª República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de ET AL. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: PEIXOTO, Ana Maria Casassanta. **A escola e seus atores: educação e profissão docente**. BH: Autêntica. 2005.

_____. VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. n.14, mai/ago. 2000.

GONÇALVES, Irlen Antônio. **Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918)**. BH: Autêntica/FCH-FUMEC. 2006.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; SOARES, Jefferson da Costa; LOPES, Ivone Goulart. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. In: **Vii Congresso Brasileiro De História Da Educação**, UFMT, MT: Cuiabá, 2013.

_____.; SILVA, Fernando Rodrigo dos S., OLIVEIRA, Paloma Rezende de. A classe de repetidores do Colégio de Pedro II: um degrau na carreira docente ou uma estratégia de formação? **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 15, n. 3 (39), p. 201-228, set/dez. 2015.

NOGUEIRA, Natania Aparecida. **Leopoldina: instrução, mito político e formação das elites na Zona da Mata mineira (1895- 1930)**. Leopoldina: Ed. do autor. 2011.

NÓVOA, Antonio. Para um estudo sócio-histórico da gênese da profissão docente. **Teoria e educação**. n.4, p.109-139. 1991.

_____. Firmar a profissão como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**. v.47, n.166, p.1106-1133, out/dez. 2017.

OLIVEIRA, Paloma Rezende de. **O Gymnasio Leopoldinense e o projeto educativo de formação da elite republicana na Zona da Mata mineira (1906-1926)**. 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 09-39. 2017.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. Escolaridade pública em Juiz de fora e o projeto educacional mineiro na transição Império/República. In: **Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Vozes. 2013.

SCHUELER, Alessandra F.M.de; MAGALDI, Ana Maria B. de M. Educação escolar na primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo (online)**. V.13, n.26, p.32-55. 2009.

VIANNA, Cláudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. A Escola Normal: uma escola para mulheres? In: CAMPOS, Maria Cristina S.; SILVA, Vera Lúcia G. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, p.39-68. 2002.

XAVIER, Libânea Nacif. A construção social e histórica da profissão docente: uma síntese necessária. **Revista Brasileira de Educação**. v.19, n.59, out-dez. 2014.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n.22, p. 271-292, jul/dez. 2011.

Impressos

GAZETA DE LEOPOLDINA. **Câmara Municipal**. Leopoldina, p. 2, 21 abr. 1911.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Leopoldina, n.129, p. 1, 16 out. 1921.

_____. **Curso de farmácia**. Leopoldina, Leopoldina, 15 mai. 1918.

_____. **Escola normal**. Leopoldina, n. 21, p. 1, 16 set. 1906.

_____. **Ginásio Leopoldinense**. Leopoldina, n. 22, p. 1, 23 set. 1906.

_____. **Ginásio Leopoldinense**. Leopoldina, s.n, p. 2, set. 1907.

_____. **Inauguração da Escola Normal**. Leopoldina, n. 44, p. 1, 31 jan. 1907.

_____. **Instrução Primária**. Leopoldina, p. 1, 01 mar. 1916.

_____. **Instrução Primária**. Leopoldina, p. 1, 05 mar. 1916.

_____. **Reforma João Pinheiro**. Leopoldina, p. 2, set. 1907.

_____. **Regulamento da Escola Normal e Ginásio**. Leopoldina, s.n, p. 3, 05 out. 1906.

SILVANO, Paulo. **Gazeta de Leopoldina**. Leopoldina, n. 6, p. 1, 27 abr. 1921.

Figuras

ALUNOS do Grupo Escolar Ribeiro Junqueira, em 1916. **História das escolas – Leopoldina**. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/>. Acesso em: 22 ago. 2015.

GINÁSIO Leopoldinense. Planta de Ormeu Junqueira. Acervo: Casa de leitura Lya Maria Muller Botelho. In: **História das escolas – Leopoldina**. Disponível em: <http://historia-das-escolas-de-leopoldi.webnode.com/products/escola-estadual-professor-botelho-reis/>. Acesso em: 18 mai. 2015.

SOBRE AS AUTORAS:**Paloma Rezende de Oliveira**

Doutora em Ciências Humanas – Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016); Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ubá; Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PPGEDU/UNIRIO (2018-2019), sob a supervisão da Profª Drª Nailda Marinho da Costa; participa da Pesquisa: Mulheres no ensino superior: trajetórias de lutas e conquistas/ FAPERJ, que integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Brasileira - NEPHEB/HISTEDBR. E-mail: rezende_paloma@yahoo.com

 <http://orcid.org/0000-0002-0263-8126>

Nailda Marinho da Costa

Pós-Doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/PNPD (2014-2015). Doutorado em Educação na área de História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2003); Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996); Professora Associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PPGEDU/UNIRIO. Na UNIRIO é líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB/Unirio), coordenando o Laboratório para o Ensino de Filosofia e História da Educação (LEFHE). Pesquisadora da FAPERJ do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado (2012-2015). É sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Educação. E-mail: nailda.costa@unirio.br

 <http://orcid.org/0000-0002-9348-9778>

Recebido em: 27 de março de 2019
Aprovado em: 09 de maio de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020